

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>25</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>27</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b><i>Capítulo I</i></b>	
<b>A SOCIEDADE NA MODERNIDADE FLUIDA E SUAS CRISES .....</b>	<b>45</b>
1.1 Crise das relações intersubjetivas: primeira faceta de uma tensão global de um tempo líquido .....	47
1.2 Crise de gestão de conflitos: segunda faceta de uma tensão global de um tempo líquido .....	59
1.2.1 O Judiciário como superego de uma sociedade órfã do seu poder de tutela .....	59
1.2.2 Crise de administração da justiça .....	67
1.2.3 Gestão inadequada dos conflitos.....	68
1.2.3.1 A gestão inadequada de conflitos exemplificada no caso dos agentes dos Procons que presidem audiências de conciliação, rompendo com a condição de parcialidade a eles inerente.....	71
<b><i>Capítulo II</i></b>	
<b>ACESSO À JUSTIÇA, CRISE DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO (IN)ADEQUADA DE CONFLITOS .....</b>	<b>79</b>
2.1 Acesso à justiça: sentidos de um direito fundamental.....	79
2.2 A tendência de difusão de métodos alternativos de gestão adequada de conflitos no contexto da desjudicialização .....	93
2.3 O movimento universal de acesso à justiça.....	102
2.3.1 O obstáculo econômico e a primeira onda do movimento.....	104
2.3.2 O obstáculo organizacional e a segunda onda do movimento .....	110
2.3.3 O obstáculo processual e a terceira onda do movimento .....	112
2.4 A crise nacional de administração traduzida em números .....	119
2.4.1 Fontes de pesquisa .....	121
2.4.2 Estrutura do Judiciário.....	126

⊙ Conclusões provisórias sobre a estrutura do Judiciário.....	128
2.4.3 Distribuição populacional por unidade judiciária.....	128
⊙ Conclusões provisórias sobre a distribuição populacional por unidade judiciária.....	131
2.4.4 Força de trabalho.....	131
⊙ Conclusões provisórias sobre a força de trabalho.....	142
2.4.5 Despesas.....	144
⊙ Conclusões provisórias sobre o total de despesas do Judiciário.....	149
2.4.5.1 Despesas com recursos humanos – RH .....	150
⊙ Conclusões provisórias sobre as despesas do Judiciário com recursos humanos – RH.....	156
2.4.5.2 Assistência Judiciária Gratuita – AJG.....	156
⊙ Conclusões provisórias sobre assistência judiciária gratuita – AJG.....	158
2.4.6 Arrecadações .....	158
⊙ Conclusões provisórias sobre arrecadações .....	160
2.4.6.1 Custas processuais .....	161
⊙ Conclusões provisórias sobre custas processuais .....	165
2.4.7 Casos novos .....	165
⊙ Conclusões provisórias sobre casos novos .....	168
2.4.8 O volume de ações ajuizadas é sinal indicativo da consolidação de uma cultura do litígio no Brasil? .....	168
2.4.8.1 Número de casos novos por 100.000 habitantes: o primeiro argumento que afasta a presença da cultura do litígio no Brasil....	169
2.4.8.2 Cultura da violação de direitos: o segundo argumento que afasta a presença da cultura do litígio no Brasil .....	172
2.4.8.2.1 Maiores litigantes do Brasil.....	172
2.4.8.2.2 Motivações para litigar .....	181
2.4.8.2.3 Particularidades das demandas de consumo.....	185
⊙ Conclusões provisórias sobre a (des)caracterização da cultura do litígio no Brasil.....	194
2.4.9 Processos baixados .....	195
⊙ Conclusões provisórias sobre o número de processos baixados.....	197
2.4.10 Índice de Atendimento à Demanda – IAD .....	197
⊙ Conclusões provisórias sobre o índice de atendimento à demanda – IAD .....	201
2.4.11 Índice de Produtividade dos Magistrados – IPM e Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária – IPS-Jud.....	201
⊙ Conclusões provisórias sobre o índice de produtividade dos magistrados – IPM .....	209
2.4.12 Taxa de congestionamento e casos pendentes.....	210
⊙ Conclusões provisórias sobre a taxa de congestionamento e casos pendentes .....	218

2.4.13	Tempo de giro do acervo e tempo de tramitação dos processos.....	219
⊙	Conclusões provisórias sobre o tempo de giro do acervo e o tempo de tramitação dos processos .....	220
⊙	Conclusões provisórias sobre o tempo de giro do acervo e o tempo de tramitação dos processos .....	221
2.4.14	Recorribilidade.....	221
⊙	Conclusões provisórias sobre os índices de recorribilidade externa e interna.....	227
2.4.15	Índice de conciliação e motivações para fazer acordos .....	229
⊙	Conclusões provisórias sobre o índice de conciliação e as motivações para fazer acordos .....	238
2.5	O que os contornos da crise nacional de administração da justiça sinalizam para os profissionais do direito, em termos funcionais e mercadológicos? .....	239
2.6	Gestão multiporta de conflitos: uma política judiciária de efetivação do direito fundamental de acesso à justiça .....	240
2.7	Etapas do processo de gestão adequada de conflitos: virtudes, diretrizes e critérios norteadores da atuação de gestores de conflitos .....	247
2.7.1	Diagnóstico do conflito: primeira etapa do processo de gestão adequada de conflitos .....	250
2.7.2	Escolha do método adequado: segunda etapa do processo de gestão adequada de conflitos .....	253
2.7.3	Execução do método adequado: etapa final do processo de gestão adequada de conflitos .....	259
<b>Capítulo III</b>		
<b>MEDIAÇÃO DE CONFLITOS .....</b>		<b>261</b>
3.1	Fundamentos filosóficos da gestão não violenta de conflitos.....	261
3.2	Exigências éticas para a superação autônoma e não violenta do conflito .....	286
3.2.1	O diálogo como exercício de aproximação e descoberta do rosto do ser.....	292
3.2.2	A responsabilidade pelo Outro com o qual se relaciona em meio ao conflito .....	296
3.3	Elementos essenciais da mediação: conceito e características .....	304
3.4	Escopos e potenciais contribuições da mediação para a superação de crises nas relações intersubjetivas e na gestão dos conflitos.....	311
3.5	O ofício do mediador .....	318
3.5.1	Desafios enfrentados pelo mediador no exercício da função .....	322
3.5.2	Desafios enfrentados pelo mediador para o exercício da função .....	326
<b>Capítulo IV</b>		
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE EFETIVAÇÃO DA MEDIAÇÃO COMO VIA DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL .....</b>		<b>329</b>
4.1	Histórico do processo de institucionalização da mediação no brasil.....	330
4.2	Resolução nº 125/2010 do conselho nacional de justiça .....	337

4.2.1	Os pressupostos balizadores da <i>Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no âmbito do Poder Judiciário</i> .....	337
4.2.2	Diretrizes da <i>Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no âmbito do Poder Judiciário</i> .....	344
4.2.3	Panorama da gestão adequada dos conflitos no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).....	384
4.3	A mediação no código de processo civil brasileiro.....	386
4.3.1	O estímulo à mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos: norma fundamental do Código de Processo Civil brasileiro.....	387
4.3.2	Mediadores judiciais.....	388
4.3.3	Princípios da mediação.....	400
4.3.4	Audiência de mediação.....	402
4.3.5	Outras disposições sobre o uso da mediação no Código de Processo Civil Brasileiro.....	413
4.4	O <i>marco legal da mediação</i> : lei nº 13.140, De 26 de junho de 2015.....	415
4.4.1	Da mediação.....	416
4.4.2	Da autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público.....	437
4.4.3	Disposições finais.....	444

### **Capítulo V**

## **CONDIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DA MEDIAÇÃO COMO VIA ADEQUADA DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL ..... 447**

5.1	Provisão de recursos: financeiros e humanos.....	449
5.2	Atuação de servidores capacitados para a realização das atividades de triagem de conflitos e escolha do método adequado.....	452
5.3	Capacitação e atualização de mediadores.....	453
5.4	Integração entre diferentes órgãos e instituições.....	454
5.5	Avaliação qualitativa de resultados.....	454
5.6	Adesão da sociedade e dos profissionais do direito.....	456
5.6.1	A pedagogia da mediação aplicada ao meio ambiente escolar.....	462
5.6.2	A pedagogia da mediação aplicada ao ensino do Direito.....	475

## **CONCLUSÃO ..... 491**

## **REFERÊNCIAS ..... 503**

### **APÊNDICE**

●	Fluxograma indicativo de critérios de escolha do método de gestão de conflitos adequado ao caso concreto.....	520
---	---	-----

**ANEXOS**

<b>ANEXO A - Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010.....</b>	<b>523</b>
<b>ANEXO B - Relação de artigos do código de processo civil brasileiro (lei nº 13.105, de 16 de março de 2015) que versam sobre a mediação .....</b>	<b>547</b>
<b>ANEXO C - <i>Marco legal da mediação</i> (lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015) .....</b>	<b>567</b>